

X CONFERÊNCIA IBERO-AMERICANA DE MINISTROS DE AGRICULTURA

Mar del Plata, 4 de junho de 2010

Nós, os Ministros de Agricultura e Chefes de Delegações, reunidos na X Conferência Ibero-americana de Ministros de Agricultura, celebrada no Hotel Costa Galana da cidade de Mar del Plata, no dia 4 de junho de 2010, cujo tema é *"Educação e Agricultura para o Desenvolvimento Inclusivo"*,

CONSIDERANDO:

1. Que nas Cúpulas mundiais sobre Alimentação da FAO de 1996 e 2002 e na Cúpula do Milênio de 2000, os Chefes de Estado e de Governo se comprometeram a contribuir para a redução do percentual de pessoas que padecem fome no mundo para o ano 2015, a erradicação da pobreza e a melhoria das condições de vida do meio rural.
2. Que na Cúpula Mundial de Segurança Alimentar da FAO, realizada no ano 2009 foi aprovada a reforma do Comitê Mundial de Segurança Alimentar, organismo central das Nações Unidas, para estabelecer os âmbitos que permitam implementar as políticas para que todas as pessoas tenham acesso físico, social e econômico a alimentos inócuos e nutritivos suficientes para satisfazer suas necessidades e preferências alimentares e apoiar as políticas de desenvolvimento agrário dos países e que, nesse sentido, declara "...que os alimentos não devem ser utilizados como instrumento de pressão política e econômica...", "...bem como a necessidade de se abster de adotar medidas unilaterais que não estejam de acordo com o Direito Internacional e com a Carta das Nações Unidas e que coloquem em perigo a segurança alimentar...".
3. Que a "IV Reunião do Grupo de Trabalho da Iniciativa América Latina e Caribe sem Fome 2025", celebrada em Quito, em março de 2010 tem como objetivos contribuir a erradicar a fome e garantir a segurança alimentar e nutricional de todos os habitantes dos países da região e que nas reuniões mantidas durante 2010 instou os países a articularem políticas que facilitem a consecução desses objetivos.
4. Que a IX Conferência Ibero-americana de Ministros de Agricultura expressou seu beneplácito com a proposta de um programa de cooperação em gestão territorial, hoje formalmente constituído como o Programa Ibero-americano de Cooperação em Gestão Territorial, PROTERRITORIOS.
5. Que na IX Conferência Ibero-americana de Ministros de Agricultura se recomendou à SEGIB considerar a realização do Diálogo Rural Ibero-americano, como um mecanismo que produza informação e nutra as decisões dos ministros, e que a SEGIB acordou com o Programa PROTERRITORIOS, incluir esta atividade em seu plano de ação, com a aprovação de seu Comitê Intergovernamental.

6. Que a Cúpula sobre Mudança Climática e os Direitos da Mãe Terra realizados em Tiquipaya, Bolívia, ter determinado a integração dos diferentes países, o respeito aos direitos da Mãe Terra para garantir a segurança e a soberania alimentar para todos os povos do mundo.

7. Que a crise internacional tem apresentado novos desafios, instando os países a criarem programas e políticas públicas, bem como projetos que ponham ênfase no desenvolvimento inclusivo para atingir sociedades mais justas e equilibradas.

8. Que a crescente demanda de alimentos em nível mundial constitui um desafio para a nossa região, já que o mundo nos vê como atores principais no fornecimento de alimentos ao mundo.

9 . Que as áreas rurais de muitos países ibero-americanos são as que apresentam os mais altos índices de pobreza e que a grande parte dos pequenos produtores, jovens, mulheres e crianças dessas áreas e povos originários se deve dar a possibilidade de se integrar aos processos de um desenvolvimento equitativo, social, ambiental e economicamente sustentável.

10. Que um desenvolvimento integral e sustentável dos nossos territórios rurais é um instrumento de inclusão social, de conservação dos recursos naturais não renováveis, de uso adequado dos recursos renováveis e de desenvolvimento das cadeias até o mercado com agregado de valor em origem.

11. Que o alcance integral da inclusão social nos países ibero-americanos, expresso através da vontade política, deve se constituir em eixo de compromisso compartilhado para a integração e inserção dos mais desfavorecidos ao conjunto da sociedade.

12. Que a educação é um fator decisivo no desenvolvimento dos povos e de seus territórios, e constitui um direito essencial, universal e inalienável das pessoas.

13. Que o conjunto dos Conhecimentos, a Ciência e a Tecnologia Agrícola, de um lado, e as políticas e programas integrados dos setores agropecuário e educacional, do outro, têm um papel fundamental na consecução dos objetivos de desenvolvimento e sustentabilidade com inclusão social e têm contribuído e contribuem para alcançar níveis aceitáveis de segurança alimentar dos nossos países.

14. Que a educação agropecuária em suas modalidades formais -através dos níveis médio e universitário do sistema educacional- ou não formais (processos de desenvolvimento de capacidades, extensão, formação para o trabalho, dentre outros) é uma ferramenta essencial para vincular a população rural a seu território, criar valor agregado em origem, garantir sua segurança alimentar, desenvolver tecnologia, promover a capacidade organizacional e diferentes modalidades associativas dos atores do meio rural e fortalecer suas instituições.

15. Que a educação agropecuária, as políticas agropecuária e de trabalho, o financiamento setorial e a promoção de investimentos devem vincular-se estreitamente exigindo o compromisso e o trabalho mancomunado entre organismos públicos e privados, transformando-se em verdadeiras políticas de Estado.

16. Que os processos de integração e a cooperação sem condicionamento, têm um papel fundamental na criação do contexto adequado para o desenvolvimento dos povos da Ibero-américa.

17. Que se preste atenção ao resgate da cultura alimentar e nutricional da região estimulando hábitos alimentares saudáveis para contribuir à busca da soberania e da segurança alimentar.

ACORDAMOS

Elevar à XX Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo as seguintes propostas alcançadas pela X Conferência Ibero-americana de Ministros de Agricultura – X CIMA -:

1. Estabelecer acordos para aumentar a colaboração entre ministérios (de agricultura, educação, recursos hídricos, trabalho, meio ambiente e outros), visando a melhorar as condições de vida da população rural, promover a agricultura familiar, garantir a sua segurança alimentar, favorecer o acesso aos sistemas educacionais e a um trabalho digno e bem remunerado.
2. Desenhar políticas e programas em forma conjunta e desenvolver projetos que favoreçam o desenvolvimento com inclusão social da população rural.
3. Potencializar as ações que revalorizem os processos produtivos inclusivos que contemplem as heterogeneidades locais e os saberes ancestrais, respeitosos da equidade distributiva e economicamente viáveis, numa convivência equilibrada com a produção agroalimentar de grande escala.
4. Fortalecer as relações entre a educação agropecuária formal e não formal no âmbito da agricultura familiar, incluindo os aspectos de certificação de experiências em comunidades rurais.
5. Reforçar a articulação entre universidades, centros de pesquisa e escolas técnicas agropecuárias e os diversos atores do meio rural -associações de produtores, grupos com maior vulnerabilidade social- visando a integrar eficientemente a atenção às populações e aos diversos atores.

6. Instrumentar ações para regionalizar a formação que oferecem atualmente o Sistema Universitário e outros sistemas de capacitação agrícola, com o objetivo de aproveitar as capacidades instaladas e o nível acadêmico alcançado pelos países da região, visando a que tais sistemas constituam um instrumento apto para integrar os setores rurais.

7. Apoiar a realização do Diálogo Rural Ibero-americano no segundo semestre de 2010 sobre "Educação, Agricultura e Territórios Rurais para o Desenvolvimento Inclusivo", como parte da agenda dos Ministérios (para propiciar acordos de ação entre os países da região e elevar recomendações que complementem esta declaração).

8. Fortalecer, através de iniciativas e programas nacionais e de cooperação internacional e inter-regional, a integração dos conhecimentos, a ciência e a tecnologia agrícola, para que contribuam efetivamente ao desenvolvimento sustentável e à inclusão da população rural em seus territórios, estendendo o acesso da população rural à educação agropecuária formal e informal, e facilitando o uso da tecnologia da informação e das comunicações.

9. Elevar à consideração dos Chefes de Estado e de Governo a proposta do Programa "Mestrado para as Américas" (Mestrado em Ensino Agropecuário) que é ministrado na Faculdade de Agronomia da Universidade de Buenos Aires em processo de tramitação perante a SEGIB.

10. Receber as conclusões e as recomendações dos Fóruns Técnicos realizados com o tema "Educação e Agricultura para o Desenvolvimento Inclusivo" e propor sua inclusão na agenda da XX Cúpula Ibero-americana.

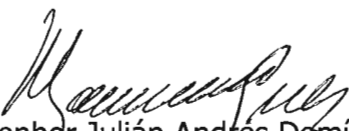
11. Expressar solidariedade aos povos e governos das Repúblicas do Haiti e do Chile pelos desastres naturais ocorridos em ambos os países no presente ano e promover e aprofundar espaços comuns de assistência e cooperação técnica.

12. Realizar a XI Conferência Ibero-americana de Ministros de Agricultura no ano 2012.

13. Agradecer aos organismos internacionais, regionais e subregionais e à Secretaria Geral Ibero-americana o apoio oferecido para o desenvolvimento desta Conferência Ibero-americana de Ministros de Agricultura.

14. Agradecer ao Governo da Argentina a organização desta Conferência Ibero-americana de Ministros de Agricultura e a acolhida oferecida aos participantes.

Mar del Plata, República Argentina, 4 de junho de 2010.



Senhor Julián Andrés Domínguez
Ministro da Agricultura, Pecuária e Pesca
República Argentina



Senhor Victor Hugo Vázquez Mamani
Vice-ministro de Desenvolvimento Rural e Agropecuário
Estado Plurinacional da Bolívia



Senhora María Antonia Fernández Martínez
Diretora de Relações Internacionais - Ministério de Agricultura
República de Cuba

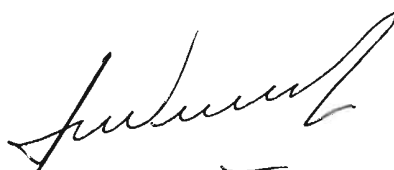
Senhor Eduardo Portilla
Chefe de Gabinete do Ministério de Agricultura
República do Chile



Senhor Josep Puxeu Rocamora
Secretário de Estado de Meio Rural e Água
Reino da Espanha



Senhor José de Jesús Ayala Padilla
Diretor Geral do Instituto Nacional para o Desenvolvimento
de Capacidades do Setor Rural - Secretaria de Agricultura, Pecuária,
Desenvolvimento Rural, Pesca e Alimentação
Estados Unidos Mexicanos



Senhor Andrés Teodoro Wehrle Rivarola
Vice-ministro de Agricultura e Pecuária
República do Paraguai



Senhor Luís Medeiros Vieira
Secretário de Estado de Agricultura e Pesca
República Portuguesa



Senhor Daniel Garín
Subsecretário de Pecuária, Agricultura e Pesca
República Oriental do Uruguai



Senhor Yvan Gil

Vice-ministro de Circuitos Agroproductivos e Agroalimentares – Ministério do Poder
Popular para a Agricultura
República Bolivariana da Venezuela